

■ CAPÍTULO 7 ■

POSITIVISMO E PRAGMATISMO

Neste capítulo, vamos examinar algumas das teorias epistemológicas desenvolvidas no século XIX e no início do século XX. A oposição à metafísica tradicional e, em contraposição a ela, o desenvolvimento de reflexões mais específicas sobre a investigação científica caracterizam as escolas aqui examinadas.

7 POSITIVISMO E PRAGMATISMO

Nos três capítulos anteriores, vimos o surgimento e a consolidação da epistemologia no período que vai de Descartes a Kant, passando pelos empiristas. Vimos que duas características marcantes dessas primeiras teorias do conhecimento humano foram (i) uma crescente oposição à metafísica tradicional e (ii) a fundamentação do conhecimento científico. Estas mesmas características se acentuam ao longo do século XIX e no início do século XX, com as escolas que vamos examinar neste capítulo.

A primeira teoria que vamos examinar é aquela de Auguste Comte, o filósofo francês que criou o termo ‘sociologia’ e que foi o primeiro a fundamentar o uso de métodos científicos neste domínio de investigação, que ele também chamava de *física social*. Entretanto, como veremos, sua teoria se apóia em uma concepção da história que carrega elementos claramente metafísicos, embora Comte achasse que ela estava apoiada em observações conclusivas. Ele começou sua carreira como aluno e secretário de Claude-Henry de Saint-Simon (1760–1825), fundador do socialismo francês, cujas idéias influenciaram seu pensamento em diversos aspectos importantes. Especificamente, vamos discutir a teoria de Comte do desenvolvimento intelectual, tal como ele a apresenta nas primeiras lições de seu *Curso de filosofia positiva* (1830–1842).

Comte também foi o fundador do movimento humanista que ele denominou *Religião da Humanidade*, cujo objetivo geral era uma reforma da sociedade com base no conhecimento positivo ou

científico, e que, após a morte de Comte, teve continuidade com uma parte de seus discípulos, liderados por Pierre Lafitte (1823–1903), inclusive chegando ao Brasil. Outro grupo dos discípulos de Comte teve orientação mais científica, no qual se destacou a figura do filósofo e lexicógrafo francês Émile Littré (1801–1881). O positivismo comtiano também influenciou uma parte dos militares brasileiros do final do século XIX, sendo que alguns estavam envolvidos na proclamação da república. O lema da bandeira brasileira (“**Ordem e Progresso**”) é inspirado na máxima de Comte: “**O amor como princípio e a ordem como base; o progresso como objetivo**”.

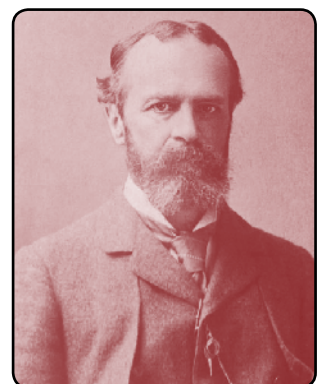
Outro autor do século XIX cujas idéias vamos examinar é John Stuart Mill, filho do filósofo e historiador britânico James Mill (1773–1836). Ambos, pai e filho, foram influenciados pelas idéias de Jeremy Bentham (1748–1832). Mill também se dedicou a reflexões sobre o método científico e sua extensão a novos domínios do saber. Assim como seu pai e Bentham, Mill está também ligado à doutrina conhecida como utilitarismo, que é importante no domínio da filosofia prática. Mill também é um autor importante no domínio da economia política. Vamos examinar aqui algumas de suas idéias epistemológicas, que ele defendeu em sua principal obra, o *Sistema de lógica* (1843).

Antes de examinarmos outra doutrina positivista importante no campo da teoria do conhecimento – aquela desenvolvida pelos pensadores ligados ao Círculo de Viena –, vamos discutir algumas idéias epistemológicas dos pragmatistas americanos, em particular, a teoria da investigação de John Dewey, que recebeu influência tanto de *Charles Sanders Peirce* quanto de *William James*. Embora tenham elaborado sua filosofia a partir de outros pressupostos, os pragmatistas também desenvolveram um tipo de pensamento cientificista que em muitos aspectos converge com o dos outros autores estudados neste capítulo. Assim como Mill, Dewey desenvolveu uma teoria detalhada da investigação.

Por fim, veremos o positivismo lógico – ou empirismo lógico, ou ainda neopositivismo – do Círculo de Viena, liderado por Moritz Schlick. Em particular, examinaremos as idéias de Rudolf Carnap, que foi o autor mais importante do grupo. Estes pensadores, assim



C. S. Peirce (1839–1914)



William James (1842–1910)

como Mill, se ligam à tradição empirista, mas, apesar da denominação de sua doutrina, não têm relação direta com o positivismo de Comte, mas com o de Ernst Mach (1838–1916), físico e filósofo austríaco, que emprestou seu nome à associação filosófica fundada pelos neopositivistas, a Sociedade Ernst Mach. Além de Mach, Wittgenstein e Russell foram outras influências importantes sobre esta escola. Embora a obra de Russell tenha se iniciado antes daquelas de Carnap e Neurath, vamos estudá-la em separado, no próximo capítulo, em virtude de suas peculiaridades.

As idéias dos autores que vamos comentar neste capítulo guardam diversas semelhanças entre si – e também diferenças importantes, obviamente. Queremos mencionar em particular sua insistência na observação sistemática dos fatos e sua tentativa de fundamentação do conhecimento desta forma, mas com preocupações diferentes daquelas dos empiristas, que também deram especial destaque ao papel da experiência, como vimos no capítulo 5.

O problema de Hume, envolvendo a indução e a causalidade, por exemplo, que foi tão decisivo para Kant na elaboração de sua epistemologia, não é relevante para os autores cujas filosofias vamos discutir abaixo. Embora de formas diferentes, todos eles procuram elaborar uma metodologia para as ciências que, à primeira vista, parece assumir como certo aquilo que Hume pôs em xeque, sendo especialmente o caso de Mill. Estes autores, por assim dizer, herdaram de Kant a preocupação em demarcar o conhecimento científico e a parte do conhecimento comum que possa ser bem fundamentada, e separá-la dos mitos e da metafísica tradicional, mas sem tomar em conta que a teoria de Kant visava solucionar o problema de Hume.

Isso não quer dizer que tais filósofos fossem ingênuos ou limitados em suas concepções epistemológicas, mas que eles deslocaram o problema do conhecimento e o formulam de um ponto de vista diferente daquele dos autores do período anterior, de Descartes a Kant. E isso, em parte, tem relação com a forma como tais autores associaram os objetivos práticos com a teoria, ou seja, entendendo que a transformação da sociedade decorria diretamente de suas realizações científicas. O autor que apresenta esta perspectiva mais claramente é Comte.

7.1 AUGUSTE COMTE

Segundo **Comte**, a filosofia positiva é resultado do desenvolvimento natural e necessário do espírito humano, o que se pode ver tanto na história do saber humano, quanto no desenvolvimento de cada indivíduo. A grande lei fundamental que dirige tal desenvolvimento é a **lei dos três estados** (ou estágios, fases). O primeiro estado é o teológico, o segundo, o metafísico e, finalmente, o último e definitivo é o positivo ou científico. O indivíduo, diz Comte, é teólogo em sua infância, metafísico na juventude, e físico na maturidade.

Segundo Comte, a própria observação da história nos revela o desenvolvimento necessário do espírito humano segundo esse padrão. Mas é claro que é preciso interpretar os fatos históricos para tirar deles conclusões como esta – sobretudo revestida de necessidade, como quer Comte. Ora, ele mesmo comenta, no próprio *Curso de filosofia positiva*, que nenhuma observação é possível sem a orientação prévia de uma teoria, embora, muitas vezes, as observações possam refutar a teoria. E se, por outro lado, as observações nos dão os dados que a teoria liga sistematicamente, o espírito humano está num círculo vicioso, do qual não pode sair, não chegando a nenhum conhecimento.

O que nos socorre nessa situação, diz Comte, é que o estado teológico surge espontaneamente, especulando sobre a natureza íntima das coisas, sobre suas causas primeiras e finais, descrevendo os fenômenos como resultado da ação direta de agentes sobrenaturais. Assim, tais concepções míticas fazem o papel de um primeiro ponto de vista teórico, que poderá guiar nossas observações – e que conduzirão aos outros estados.

Entretanto, o estado metafísico não se distancia suficientemente do teológico, pois a única diferença fundamental é que os agentes sobrenaturais são substituídos por forças abstratas. E, do mesmo modo, ainda se procura encontrar as causas ou porquês dos acontecimentos.

É apenas no estado positivo ou científico que esse objetivo é abandonado e substituído pela busca de leis enquanto relações invariáveis de sucessão dos fenômenos, permitindo, no máximo, fazer generalizações.



Auguste Comte (1796–1857)

Se é assim, a própria lei dos três estados seria uma generalização feita a partir das observações, e por isso mesmo, não poderia ser revestida da necessidade que Comte lhe atribui. A certeza que ele expressa sobre a superação final dos dois primeiros estados e de que o futuro intelectual da humanidade está exclusivamente na filosofia positiva trai um ponto de vista que não é inteiramente compatível com o espírito positivo ou científico, e que, de fato, mais se assemelha a uma filosofia da história, eminentemente metafísica, como aquela de Hegel.

Deste modo, embora Comte procure revestir sua investigação e a organização do saber de uma maneira que lembra a filosofia crítica de Kant – como este último, denunciando a falta de progresso das teorias nos dois primeiros estados –, ele se afasta da perspectiva kantiana que, como vimos no capítulo anterior, fundamentava as ciências na própria estrutura do intelecto humano de uma forma *a priori*. Comte e os outros autores examinados no presente capítulo negam que possa haver conhecimento *a priori*, e querem enfatizar que todo conhecimento deriva de observações. Mas com isso algumas de suas afirmações possuem uma base mais frágil que aquelas de Kant.

Segundo Comte, a filosofia positiva sucede o conjunto das ciências, sendo uma disciplina devotada a generalidades que permitem organizar as outras disciplinas numa hierarquia que reflete o próprio desenvolvimento das ciências e que também se dá segundo um padrão: a cada vez que uma parte de uma ciência se torna suficientemente aprofundada e ampla, ela se separa e se torna uma ciência nova. Para Comte, isto é também necessário e inevitável no desenvolvimento do saber humano. E pede, então, a filosofia positiva, para poder fazer a ligação entre as ciências que possuem a tendência natural de se distanciarem umas das outras.

Entretanto, a filosofia positiva só pode ter lugar após a constituição da sociologia ou física social – a última das ciências a se desenvolver e a completar um dos grandes grupos de ciências: a dos corpos organizados. Começando pelos fenômenos mais simples e mais gerais, temos primeiro as ciências dos corpos brutos. A matemática, para Comte, é um caso especial, pois ela é a única ciência que possui caráter instrumental em relação a todas as ou-

tras. Em virtude de sua generalidade, ela deve estar em primeiro lugar. Depois, no domínio das ciências dos corpos brutos, vem a astronomia, e então a física terrestre. Depois delas, vem a química e, já entrando no outro grupo, a fisiologia ou física orgânica; finalmente, vem a física social ou sociologia.

7.2 JOHN STUART MILL

É comum que os comentadores de *Mill* enfatizem o fato de que, ao tratar da indução, ele não retome a problemática já discutida por Hume e Kant, como também dissemos anteriormente, e dê mesmo a impressão de desconsiderar o problema. De fato, isso não faria justiça à teoria da investigação de Mill, que recoloca o problema da indução em novas bases ou, melhor dizendo, apresenta sua teoria como resposta para outra questão, e não para aquela que atribuímos a Hume e que Kant pretendeu ter resolvido da forma como vimos no capítulo anterior.

Para Mill, o importante não é se a indução é um procedimento justificado racional ou logicamente, mas se somos capazes de distinguir entre os casos de induções incorretas e aqueles de induções reconhecidamente legítimas. Ou, em outras palavras, embora qualquer afirmação obtida por indução – isto é, generalizando a partir de determinados casos observados – possa ser refutada por observações futuras, confiamos mais em determinadas induções que em outras. E isso depende, diz Mill, do conhecimento que temos das leis da natureza e da uniformidade que podemos a ela atribuir.

O tema da uniformidade da natureza também é discutido por Hume, como vimos no capítulo 5. O argumento também retomado por outros autores é que um tal princípio poderia funcionar como uma premissa extra que, acrescentada a um argumento indutivo, o transformaria em um argumento dedutivo válido. Entretanto, tal princípio também é inferido da experiência e, logo, não pode fundamentar as inferências tiradas da experiência, sob pena de cair em uma circularidade viciosa.

Mill não vê nenhuma circularidade nisso, embora ele concorde que tal princípio seja também derivado da experiência, como todo o conhecimento humano em geral. Em primeiro lugar, já que Mill está interessado em apresentar uma teoria da indução, ele não de-



John Stuart Mill (1806–1873)

seja assimilar os argumentos indutivos aos argumentos dedutivos. Além disso, diz ele, tal princípio não pode ter sido utilizado de fato para auxiliar nossas inferências indutivas, uma vez que ele resulta de uma generalização sobre outras regularidades menores e seu aparecimento é tardio no saber humano.

Na verdade, Mill recoloca também este problema em outros termos. Para ele, a discussão sobre o princípio de uniformidade da natureza – que, segundo ele, é correto – diz respeito a uma investigação sobre as leis naturais, que são uniformidades menores ou parciais. Assim, o princípio de uniformidade da natureza é um dos casos de generalizações legítimas ou induções nas quais temos um alto grau de confiança.

Uma vez que, para Mill, a investigação sobre as leis é uma investigação sobre as causas de um evento, o tema da causalidade também entra na discussão, e também é reformulado em relação às discussões de Hume e Kant. Assim como estes dois filósofos e assim como Comte, Mill entende as causas não no sentido dos metafísicos, como os poderes que determinadas coisas-em-si teriam para produzir determinados acontecimentos, mas como uma correlação entre eventos observáveis.

A rigor, diz Mill, a causa de um acontecimento são todas as condições mediante as quais ele tem lugar. Mas fazemos a distinção entre as condições de um evento e sua causa, especificamente falando. A diferença é que a causa é um evento e as condições são estados. Por exemplo, certo dia, um indivíduo come determinada comida e tem dor de estômago, sendo que ele já tinha comido antes a mesma comida, diversas vezes, sem passar mal. Ora, as condições naquele dia, seu estado fisiológico etc., eram diferentes, mas não teriam provocado o efeito da dor de estômago se ele não tivesse comido aquela comida.

Nesses assuntos todos, o que Mill faz é trazer a discussão epistemológica mais geral dos filósofos anteriores para o domínio de uma investigação metodológica mais específica. Tal investigação, que ele apresenta em seu livro *Sistema de lógica*, procura resolver esses problemas como questões metodológicas das ciências empíricas, mas que apenas generalizam e sistematizam os procedimentos do saber comum.

Deste modo, retomando um tipo de elaboração que já encontramos no *Novum organum* de Bacon, Mill expõe seus diferentes métodos da pesquisa experimental. Os dois primeiros, que são os procedimentos para determinar as circunstâncias que precedem ou seguem um evento, às quais ele está ligado por uma lei invariável, são o método *de concordância* e o método *de diferença*. O enunciado do cânone que rege o método *de concordância* é o seguinte:

Se duas ou mais instâncias do fenômeno sob investigação possuem apenas uma circunstância em comum, a circunstância na qual unicamente todas as instâncias concordam é a causa (ou o efeito) do fenômeno dado.

O método *de diferença*, por sua vez, é mais poderoso que esse primeiro, diz Mill, que o formula no seguinte cânone:

Se uma instância na qual o fenômeno sob investigação ocorre e a instância na qual ele não ocorre possuem todas as circunstâncias em comum exceto uma, sendo que ela ocorre apenas na primeira instância, a circunstância na qual unicamente as duas instâncias diferem é o efeito, ou a causa, ou uma parte indispensável da causa do fenômeno.

Para Mill, o método *de diferença* tem o caráter de um método *de experiência artificial*, e o método *de concordância* é útil quando não podemos fazer experiências, mas apenas observações, embora poucas. Mas nos casos em que o método *de diferença* não é inteiramente possível, por exemplo, porque não podemos separar claramente os elementos numa experiência, então se pode utilizar o método conjunto *de concordância e diferença*, cujo cânone é o seguinte:

Se duas ou mais instâncias nas quais o fenômeno ocorre possuem apenas uma circunstância em comum, enquanto duas ou mais instâncias nas quais ele não ocorre não possuem nada em comum exceto a ausência daquela circunstância, a circunstância na qual unicamente os dois conjuntos de instâncias diferem é o efeito, ou a causa, ou uma parte indispensável da causa do fenômeno.

Os últimos dois métodos que, segundo Mill, possuímos para investigar as leis da natureza são o método dos *resíduos* e o método das *variações concomitantes*, cujos cânones são os seguintes:

Ao subtrairmos de qualquer fenômeno aquela parte que é conhecida por meio de induções anteriores como o efeito de determinados antecedentes, o resíduo do fenômeno é o efeito dos antecedentes remanescentes.

Qualquer que seja o fenômeno que varie de determinada forma, quando quer que um outro fenômeno varie de uma forma específica, é ou a causa daquele fenômeno, ou um efeito dele, ou está ligado a ele através de algum fato causal.

Considerando que o terceiro método é, de fato, uma combinação dos dois primeiros, segundo Mill, afinal, são quatro os métodos, ou seja, são quatro as formas pelas quais os seres humanos podem descobrir indutivamente as leis de sucessão dos fenômenos e investigar experimentalmente.

A estes procedimentos de indução direta, acrescenta-se o *raciocínio*, que consiste em fazer inferências ou previsões a partir daquilo que a indução forneceu. Esta já é a etapa que Mill denomina *dedutiva*, e que se completa com a *verificação* (ou *contraprova*) por meio de novas experiências. De fato, mais propriamente falando, trata-se do teste empírico, que pode tanto confirmar, quanto infirmar uma inferência.

7.3 PRAGMATISMO – A TEORIA DA INVESTIGAÇÃO DE DEWEY



John Dewey (1859–1952)

A teoria da indução de Mill, que acabamos de ver, assim como a teoria do desenvolvimento intelectual de Comte, que vimos antes, pretende descrever questões de fato sobre a mente humana, etapas e formas necessárias – *naturais*, portanto – pelas quais se dá o conhecimento humano. A teoria da investigação proposta por *Dewey*, que comentaremos agora é, a este respeito, de caráter, antes, *pragmático*, embora Dewey também tenha sido um precursor do naturalismo em epistemologia, que examinaremos no capítulo 9.

A teoria de Dewey é pragmática – e não apenas *pragmatista* – porque pretende descrever um padrão geral de investigação, mas não como algo que reflita a natureza da mente humana, e sim como a forma mais produtiva de resolver problemas e lidar com situações objetivas. O termo ‘pragmático’, contudo, tem significado mais geral. Nos estudos da linguagem, a dimensão pragmática é aquela que diz respeito ao uso de expressões lingüísticas por parte dos falantes, além das dimensões semântica (o significado das expressões) e sintática (as regras gramaticais que dirigem o uso da língua).

O termo ‘pragmatismo’, utilizado para identificar as filosofias de Peirce, James e Dewey, entre outros pensadores americanos, significa a doutrina segundo a qual, mesmo sem uma fundamentação firme, nosso conhecimento é justificável em vista de finalidades práticas.

Assim, o aspecto pragmático está envolvido, obviamente, na posição pragmatista, e a doutrina é inovadora exatamente por insistir, por exemplo, que a noção semântica de verdade (como correspondência com os fatos), como discutimos no capítulo 3, não é suficiente para compreendermos o conhecimento humano e os processos de investigação. Esta é uma das questões que mais motivaram críticas aos pragmatistas, que foram acusados, assim como os utilitaristas (Bentham e Mill), de querer reduzir o que tem valor cognitivo ao que tem valor prático. Mas, de fato, não é essa a concepção que eles defendem.

Os pragmatistas enfatizam a insuficiência seja da concepção tradicional da verdade, seja da forma como a tradição intelectualista encara o conhecimento humano. E isso os faz prestar atenção aos processos reais de investigação e aos padrões que podemos neles identificar, procurando, assim, vincular as dimensões teórica e prática da vida humana, não para eliminar suas especificidades, mas para promover uma compreensão mais abrangente da vida humana e do saber humano. Trata-se, portanto, de uma abordagem semelhante neste aspecto àquela de Ryle, que mencionamos no capítulo 1, segundo a qual não podemos separar inteiramente o **conhecimento proposicional** (saber que) do **conhecimento como habilidade** (saber como).

Como já comentamos, no capítulo 3, a noção de verdade defendida pelos pensadores pragmatistas, vamos nos concentrar aqui na teoria da investigação elaborada por Dewey, que é a mais detalhada dentre aquelas desses autores, e que põe claramente em evidência o objetivo de superar as limitações da tradição *intelectualista e mentalista*. É óbvio que a investigação enquanto um procedimento no mundo requer que os indivíduos que investigam pensem ou raciocinem, mas isso não quer dizer que haja um processo mental interno e anterior, que depois é apenas externalizado na ação. Em outras palavras, a idéia pragmática envolvida no pragmatismo de Dewey é que investigar é pensar e agir ao mesmo tempo.

Para Dewey, a investigação começa com uma dúvida ou situação problemática, e termina quando a dúvida é removida e, logo, quando atingimos uma crença ou um conhecimento. Assim, Dewey define a investigação da seguinte maneira: a investigação é

Por 'intelectualismo' entendemos a doutrina epistemológica tradicional, segundo a qual o conhecimento é apenas uma classe de eventos mentais e internos, da forma como encontramos em Descartes e Kant. Portanto, tal tradição é também mentalista, ou seja, concebe a mente como um domínio à parte da natureza, cujo estudo requer uma filosofia independente da ciência da natureza.

a transformação controlada e dirigida de uma situação indeterminada (de dúvida) em uma outra de tal forma determinada de maneira a converter os elementos da situação original em um todo unificado em suas distinções constitutivas e relações (uma situação de crença – ou assertibilidade garantida). A *assertibilidade garantida* é aquela noção cognitiva que, para Dewey, substitui a noção intelectualista de verdade como correspondência.

Definida da forma aqui apresentada, a investigação, segundo Dewey, compreende cinco etapas, que são:

1. uma situação indeterminada de dúvida, na qual uma questão é colocada;
2. a constituição de um problema, isto é, percebermos que aquela situação pede uma investigação;
3. a determinação da solução para o problema, ou seja, a indicação da possibilidade de solução (levantar uma hipótese) e as direções em que isso pode ser feito;
4. o raciocínio ou desenvolvimento das implicações ou consequências da hipótese ou solução imaginada; e, por fim
5. a comprovação (ou verificação) da hipótese levantada, por meio de observação e experimentação posteriores.

Esse processo é reiterativo, isto é, ele pode ser repetido diversas vezes, gerando, portanto, um tipo de progresso cumulativo do saber humano.

Esse padrão de investigação, segundo Dewey, depende de dois aspectos principais da vida humana, que ele denomina as *matrizes biológica e cultural*. Mas, como dissemos anteriormente, o teor dessas afirmações não é o mesmo de afirmações semelhantes feitas por Comte e Mill. Para Dewey, as referidas matrizes nos mostram apenas que a investigação é uma classe de eventos existenciais que, em primeiro lugar, constitui a forma de interação entre o indivíduo e o ambiente no qual ele é colocado. Esse ambiente não é apenas natural, mas também social, o que faz com que a investigação também pressuponha instituições e costumes, e não apenas capacidades naturais.

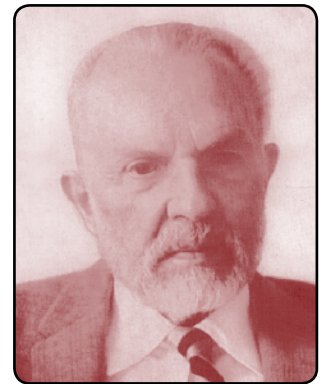
Dewey enfatiza o aspecto cooperativo da investigação, negligenciado pelas outras teorias da investigação, ou seja, o fato de que toda investigação é possível em sociedade e na colaboração dos seres humanos entre si. A oposição ao intelectualismo feita pelos pragmatistas é também uma oposição à metafísica tradicional, que concebia de forma separada aquilo que só pode existir em conjunto e interação, ou seja, nossas crenças e opiniões e os ambientes social e natural com os quais elas estão ligadas.

7.4 POSITIVISMO LÓGICO – RUDOLF CARNAP

Para terminar esse capítulo, vejamos então uma forma de positivismo que, assim como o pragmatismo, já nos coloca nos desenvolvimentos da epistemologia no século XX. Como dissemos de início, o positivismo lógico, ou empirismo lógico, ou neopositivismo é a doutrina elaborada no Círculo de Viena, cujo pensador mais expressivo foi *Rudolf Carnap*.

Carnap e os outros pensadores ligados ao Círculo de Viena, entre eles Schlick, Otto Neurath (1882–1945) e outros, nos legaram a primeira grande filosofia da ciência da época contemporânea, uma doutrina que alcançou um prestígio comparável, neste domínio, à de Kant. E, da mesma forma que esta, o positivismo lógico logo enfrentou forte oposição e motivou a proliferação de alternativas. O que vamos discutir neste capítulo são, contudo, as idéias epistemológicas mais gerais de Carnap que, assim como as outras doutrinas que vimos neste capítulo, e assim como a própria filosofia de Kant, têm por objetivos conjuntos a eliminação da metafísica tradicional e a fundamentação das ciências.

Embora venhamos a discutir mais pormenorizadamente as idéias de Bertrand Russell no próximo capítulo, a teoria do conhecimento desenvolvida por Carnap está fundamentada em sua idéia geral de que as entidades inferidas devem ser substituídas por construções lógicas, como já comentamos no capítulo 2. Carnap apresenta sua teoria em seu mais famoso livro, *A construção lógica do mundo* (1928), conhecido como *Aufbau* (o termo alemão que significa *construção*), e no texto mais breve *Pseudoproblemas na filosofia* (também 1928).



Rudolf Carnap (1891–1970)

Assim como no positivismo de Comte, em Carnap, há uma hierarquia das ciências, refletida na hierarquia dos níveis de objetos ou conceitos dos quais se ocupam os enunciados legítimos que podemos fazer sobre o mundo. E, do mesmo modo, como os enunciados metafísicos não podem ser legitimados pelo sistema e os conceitos dos quais eles tratam não podem ser *construídos* no sistema, a metafísica fica automaticamente eliminada.

A perspectiva de Carnap também é fundacionalista, embora de um tipo diferente do fundacionalismo de Descartes, dos empiristas e de Kant. Para Carnap, o conhecimento tem de possuir uma base e, a partir dela, crescer de forma a chegarmos a outros conhecimentos, mas é possível escolhermos diferentes bases, como explicaremos adiante. Contudo, o que não pode variar no sistema construcional projetado por Carnap é o método, que está fundamentado em determinada concepção de linguagem defendida por ele, sob influência tanto de Russell, quanto de Wittgenstein.

O sistema construcional de Carnap no *Aufbau* possui quatro níveis de objetos ou conceitos. Os dados dos sentidos de um sujeito, ou suas vivências elementares, os objetos *autopsicológicos*, constituem a base. Isso significa que, nesta versão da teoria, Carnap adota uma perspectiva solipsista, semelhante àquela de Descartes e também àquela de Russell, que comentaremos no próximo capítulo.

3	objetos culturais	ciências humanas
2	objetos heteropsicológicos	psicologia
1	objetos físicos	ciências naturais
0	objetos autopsicológicos	(base do sistema)

A partir de objetos autopsicológicos, podemos então, no segundo nível, construir objetos *físicos*, que são as coisas materiais, isto é, os conceitos de que se ocupam as ciências naturais em geral, a física, no sentido amplo, que inclui a química e a biologia. Um enunciado sobre um objeto físico é legítimo se puder ser traduzido (e, neste sentido, reduzido) a enunciados sobre os dados dos sentidos (objetos autopsicológicos).

A partir de objetos físicos, é possível também construir os objetos *heteropsicológicos*, isto é, as outras mentes, de outros indivíduos. Mas os enunciados deste nível são legítimos se puderem ser traduzidos em enunciados físicos que, por sua vez, poderão ser traduzidos em enunciados autopsicológicos. Este nível corresponde à psicologia compreendida como análise do comportamento manifesto.

Por fim, segundo Carnap, podemos ainda constituir um nível de objetos *culturais*, no qual encontramos as ciências humanas em geral. Mas os objetos culturais devem poder ser reduzidos **ao mesmo tempo** a objetos físicos e objetos heteropsicológicos. Isso porque um objeto cultural é sempre a manifestação de determinado estado mental dos indivíduos, mas tem de estar expresso ou documentado em algum objeto físico.

Os conceitos ou objetos que não puderem ser construídos no sistema e que não pertencem a nenhum dos quatro níveis – o caso daqueles da metafísica tradicional – são objetos sobre os quais formulamos enunciados destituídos de significado. Carnap diz que, no máximo, eles podem expressar as emoções e o ponto de vista pessoal de alguém, mas não têm valor cognitivo. Assim, a metafísica é colocada no mesmo ramo da poesia e da ficção em geral.

Mais tarde, Carnap revisou seu sistema, no texto *A unidade da ciência* (1934), eliminando a base de objetos autopsicológicos e assumindo como base do sistema o nível dos objetos físicos. Segundo ele, isso seria mais adequado porque a linguagem dos objetos físicos é a única linguagem universal, na qual todo o conhecimento humano pode ser expresso.

LEITURA RECOMENDADA

Além dos capítulos sobre esses autores nas boas histórias da filosofia, é recomendável que sejam lidos os seguintes textos deles próprios:

CARNAP, R. *Pseudoproblemas na filosofia*. São Paulo: Nova Cultural, 1980. v. Schlick/Carnap (Coleção Os Pensadores).

COMTE, A. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo: Nova Cultural, 1980. v. Comte (Coleção Os Pensadores).

DEWEY, J. *Lógica: teoria da investigação*. São Paulo: Nova Cultural, 1980. v. Dewey, cap. 6 (Coleção Os Pensadores).

MILL, J. S. *Sistema de lógica dedutiva e indutiva*. São Paulo: Nova Cultural, 1980. v. Bentham/Mill, livro III, cap. 1 a 8 (Coleção Os Pensadores).

REFLITA SOBRE

- A lei fundamental do desenvolvimento intelectual da humanidade, segundo Comte, e os três estados de que ela fala.
- A hierarquia das ciências proposta por Comte e qual é o princípio que ela segue.
- Por que podemos dizer que John Stuart Mill recoloca o problema da indução de uma forma diferente de Hume e Kant.
- O estatuto cognitivo do princípio de uniformidade da natureza segundo Mill.
- Os quatro métodos propostos por Mill.
- Por que podemos dizer que, segundo Comte e Mill, nossa forma de investigar é necessária e inevitável.
- Por que, ao contrário de Comte e Mill, a teoria de Dewey tem um caráter pragmático.
- O padrão de investigação descrito por Dewey.
- O sistema construcional de objetos, segundo Carnap.
- Por que a metafísica é eliminada com base no sistema construcional proposto por Carnap.

